

## DESPACHO

Recebemos os presentes autos devidamente instruídos com o Memorando nº 141/2024 – GTI (fl. 1), Termo de Referência Nº 039/2024 – GTI/DAF/COSAMA (61/71), Pedido de Contratação de serviços - PCS nº 9572 e demais documentação necessária à instrução processual.

Trata o presente processo de **Contratação emergencial de prestação de serviços de conexão à internet, por um período de 4 (quatro) meses, para 13 (treze) agências administradas pela Companhia de Saneamento do Amazonas - COSAMA**, conforme especificações constantes do Processo de nº 01.05.043501.006706/2024-27.

Da análise dos autos, verifica-se que a contratação do serviço de internet é essencial para garantir a continuidade das operações da companhia, uma vez que o contrato vigente do serviço com a empresa OZONIO TELECOMUNICAÇÕES LTDA se encerrará no dia 20 de dezembro de 2024, sem possibilidade de prorrogação devido ao limite legal de vigência.

Em Nota Técnica nº Nº 022.2024 – GTI a área demandante reitera que o contrato vigente com a Ozônio Telecomunicações Ltda. se encerrará em 20 de dezembro de 2024, sem possibilidade de prorrogação, e o processo licitatório em andamento (Processo nº 01.05.043501.005801/2024-03) não será concluído a tempo, colocando em risco a continuidade de um serviço essencial para a COSAMA.

Aduz a Gerência que a interrupção do serviço de internet comprometeria o funcionamento das operações administrativas e financeiras, especialmente nas unidades do interior do Amazonas, afetando a arrecadação, a comunicação



interna e o atendimento ao cliente.

Ainda na Nota Técnica nº 022.2024 – GTI o setor demandante afirma que a contratação de um novo fornecedor geraria custos elevados com instalação e adequações, inviáveis no prazo disponível, fato que se comprova na proposta apresentada pela empresa Oi Soluções às fls. 89/99.

Por fim, a Nota Técnica às fls. 30/34 justifica a escolha do fornecedor uma vez que a Ozônio Telecomunicações Ltda. já provê o serviço com qualidade e infraestrutura em operação, logo a contratação emergencial por quatro meses é a solução mais viável para assegurar a continuidade das atividades.

Ademais, conforme Termo de Referência Nº 039/2024 – GTI/DAF/COSAMA (61/71), a presente aquisição é de suma importância para evitar a interrupção do fornecimento de internet o que acarretaria severos prejuízos à COSAMA

Nesse contexto, relata a área demandante que foi constatado que a contratação da empresa Ozônio Telecomunicações Ltda. por um período de 4 (quatro) meses é o mais indicado ainda por ser a única empresa que não demandaria contratação adicional de instalação dos serviços em questão conforme atestado pela GECOMP no presente processo às fls. 59/60.

Ademais, foi demonstrado nos autos que o valor ofertado pela empresa corresponde ao valor praticado no mercado, demonstrando preço compatível com a contratação do objeto uma vez que a empresa já presta serviços.

Nesse contexto, esta Comissão esclarece que quando há inviabilidade de competição, é inexigível o Procedimento Licitatório. De acordo com o Art. 30, caput e inciso II, § 3º da Lei 13.303/2016 – Lei das Estatais, poderá ser realizada a contratação direta para contratação dos serviços.



Assim, **CONSIDERANDO** que está devidamente demonstrado nos autos a inviabilidade de competição a empresa **OZÔNIO TELECOMUNICAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ de nº 08.678.016/0001-60 e que a empresa em questão se encontra apta, conforme verifica-se das certidões válidas anexadas às folhas seguintes.

**CONSIDERANDO** o preço apresentado, qual seja, o valor mensal de **R\$ 35.487,81 (trinta e cinco mil quatrocentos e oitenta e sete reais e oitenta e um centavos)** e valor total de **R\$ R\$ 141.951,24 (cento e quarenta e um mil novecentos e cinquenta e um reais e vinte e quatro centavos)** para os 4 (quatro) meses.

**CONSIDERANDO** o que mais consta do Processo em epígrafe – observadas as formalidades legais aplicáveis à espécie, com fundamento Art. 30, caput e inciso II, § 3º da Lei 13.303/2016 – Lei das Estatais e Artigo 125 caput do Regulamento de Licitações e Contratos – RILC, esta Comissão entende tratar-se de caso de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, haja vista a inviabilidade de competição, sendo certo que o modo como se dão os critérios de julgamento das licitações restam inaplicáveis a este OBJETO.

Manaus, 12 de dezembro de 2024.

---

**RAISA THAMARA DA CONCEIÇÃO ASSIS**

Vice-Presidente da CPL

---

**TAMMY TELLES LIMA DA SILVA**

Presidente da CPL

